

GENEALOGIA CONCEITUAL DO CAPITAL SOCIAL NAS PERSPECTIVAS DE BOURDIEU, COLEMAN E PUTNAM

Adriano Pistore*

Resumo: Capital social é um conceito que vem angariando inúmeros adeptos, e sendo percebido como um novo tipo de capital que vem somar-se aos antigos capitais econômico, físico e humano na forma de fator de influência na geração de desenvolvimento econômico e social. Na literatura sobre o tema não existe uma definição consensual entre os diversos autores. No entanto, há consenso quanto à sua importância na definição das características e na sua função no desenvolvimento da composição de suas atividades e da colaboração na busca da construção de uma realidade de projetos de melhorias comuns à sociedade. Este artigo apresentou a evolução histórica e conceitual do capital social sob a ótica de seus principais pensadores, Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. Para base da pesquisa, foram analisadas as ideias centrais dos autores, através de suas próprias publicações, e trabalhos complementares de outros autores que trataram da evolução histórica e conceitual do tema abordado. O resultado desta revisão mostrou que, embora existam discordâncias entre os autores, todas as abordagens remetem a uma visão comum. A emergência de se considerar a estrutura e as relações sociais como fundamentais para se compreender e intervir sobre a dinâmica econômica.

Palavras-chave: Capital Social; Redes Sociais; Bourdieu; Coleman; Putnam.

1. INTRODUÇÃO

Os temas desenvolvimento local e sustentabilidade têm sido objeto de interesse crescente tanto no ambiente político como no acadêmico. Organizações no mundo todo têm apresentado propostas que promovam os desenvolvimentos econômico, tecnológico e social nas comunidades, buscando valer-se do seu potencial de uma forma inteligente, ou seja, otimizando recursos e permitindo que as gerações futuras tenham capacidade de suprir as suas próprias necessidades.

A partir destas considerações, adquire cada vez mais importância a realização de estudos que procurem entender as perspectivas e fatores para a promoção do desenvolvimento, dentre eles destaca-se um conceito que vem angariando inúmeros adeptos, o capital social. Sendo percebido como um novo tipo de capital que vem somar-se aos antigos como o capital econômico, físico e humano, o capital social é um forte promotor de fatores de influência na geração de desenvolvimento econômico e social.

Na literatura sobre o tema não existe uma significação consensual entre os diversos estudiosos. Porém, há consenso quanto à sua importância na definição das suas características e da sua importância em função de alguns aspectos de sua situação, no sentido de desenvolver a composição de atividades, assim como da colaboração em busca da construção de uma realidade de projetos de melhorias comuns à sociedade.

Por isso, este artigo realizou uma revisão teórica sobre os principais conceitos e autores de tema capital social, como objetivo de apresentar a evolução histórica e conceitual do capital social sob a ótica de seus principais pensadores, com ênfase aos trabalhos de Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. Para base da pesquisa, foram analisadas as ideias centrais destes pensadores, através de suas próprias publicações, e trabalhos complementares de outros autores que trataram da evolução histórica e conceitual do tema abordado.

* Professor Adjunto/UFSC

Genealogia do conceito

Segundo Dilly (2009), o termo capital social vem sendo utilizado com frequência para explicar o desenvolvimento social e econômico e a cooperação entre indivíduos. Porém, não se pode considerá-lo como um conceito novo. Fukuyama (2000) demonstra que a primeira pessoa a descrever o fenômeno que o conceito de capital social quer captar e expressar foi Alexis de Tocqueville, em 1835. Porém a primeira pessoa a usar a expressão “capital social” foi a educadora progressista e reformista social norte-americana Lyda Hanifan, em 1916, em estudos que descreveram os centros comunitários de escolas rurais. Segundo a autora, a comunidade se beneficia da cooperação de todos quando as pessoas criam o hábito de se relacionar, sejam por razões sociais, de lazer ou econômicas, em rede de relações (ou capital social).

Fukuyama (2000) afirma que para investigar as tentativas teóricas que foram feitas sobre o Capital Social é imprescindível revisitar os precursores da ideia, como Alexis de Tocqueville (1835/1840) e Jane Jacobs (1961).

Para Franco (2001), a grande contribuição de Fukuyama à genealogia do conceito de Capital Social foi ter identificado sua origem em Alexis de Tocqueville: “Talvez o maior teórico do capital social tenha sido alguém que nunca usou a expressão, mas compreendia sua importância com muita clareza: o aristocrata francês e viajante Alexis de Tocqueville. Ele observou, em *Democracy in America*, que em agudo contraste com a França, a América possuía uma rica “arte de associação”, isto é, uma população habituada a se reunir em associações de voluntários para fins tanto triviais como sérios. A democracia americana e seu sistema de governo limitado funcionavam somente porque os americanos tinham muita prática para formar associações para fins civis e políticos. Esta capacidade de auto-organização significava não só que o governo não precisava impor ordem de uma forma hierárquica, de cima para baixo; a associação civil também era uma “escola de autogoverno” que ensinava às pessoas hábitos cooperativos que elas levavam consigo para a vida pública. “Suspeitamos que Tocqueville concordaria com a proposição de que, sem capital social, não poderia haver sociedade civil e que, sem sociedade civil, não poderia haver uma democracia bem-sucedida” (Fukuyama, 2000).

Fukuyama (2000) afirma também que Jane Jacobs parece ter sido a primeira pessoa a explorar, depois de Tocqueville, a intimidade sociológica do fenômeno que se quer captar com o conceito de Capital Social. Jacobs (1961) enfatizou a associação de vizinhanças, representando uma forma de capital social que pode promover a segurança pública e a confiança dentro das comunidades.

“Para a autogestão de um lugar funcionar, acima de qualquer flutuação da população deve haver a permanência das pessoas que forjaram a rede de relações do bairro. Essas redes são o capital social urbano insubstituível. Quando se perde esse capital, pelo motivo que for, a renda gerada por ele desaparece e não volta senão quando se acumular, lenta e ocasionalmente, um novo capital” (Jacobs, 1961).

Franco (2001) comenta que Jacobs estava preocupada com os fatores que tornam “viva” uma localidade, que fazem com que ela se torne aquilo que chamava de uma “Entidade real”, com o tecido de relações tramado por pessoas reais, que vivem naquela comunidade. Ou seja, as inter-relações que permitem o funcionamento de uma região como uma Entidade real não são nem vagas nem misteriosas. Consistem em relacionamentos vivos entre pessoas específicas, onde muitas delas não possuem nada em comum a não ser o fato de utilizarem o mesmo espaço geográfico. Os primeiros relacionamentos que se formam em áreas urbanas, desde que haja uma estabilidade populacional nos bairros, são os que ocorrem na vizinhança e entre pessoas que têm alguma coisa em comum e integram instituições – igrejas, associações de moradores, associações de negócios, diretórios políticos, clubes sociais, associações de proprietários, grupos contra injustiças e assim por diante.

Porém estas não foram as únicas origens dos estudos sobre capital social. É possível traçar pelo menos três principais origens do conceito de capital social, segundo Albagli e Maciel (2002). A primeira refere-se aos

autores provenientes das ciências sociais, que criaram e difundiram expressamente o termo, destacando-se os três principais autores objetos de estudo deste artigo, Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. A segunda fase aborda componentes-chaves, como confiança, coesão social, redes, normas e instituições, em vários contextos e disciplinas, em que o conceito tem sido usado implícita ou explicitamente. A terceira, mais extensa, inclui autores cuja produção contém elementos precursores do conceito de capital social - remonta à sociologia clássica do século XIX, incluindo autores como Émile Durkheim e Max Weber.

Embora, segundo Dilly (2009), Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam concordem na importância dos relacionamentos como um recurso para a ação social, falta consenso quanto a um preciso conceito de capital social. Por isso, a seguir, será apresentado o trabalho individual de cada autor e ao fim de cada capítulo será listado um conjunto de indicadores individualizados e classificados conforme critérios adaptados de Silva (2010), onde são vistas conceituações de capital social, análise de variáveis, ênfase dos estudos e quais benefícios na visão de cada autor.

2. ROBERT PUTNAM

Robert Putnam publicou, em 1993, um livro denominado *"Making democracy work: civic traditions in modern Italy"* – traduzido no Brasil, em 1996, como "Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna". "Uma das mais importantes obras da década passada que teve, entre outros, o mérito de relançar e amplificar o debate sobre o Capital Social." (FRANCO, 2001). A principal pergunta deste estudo de Putnam é: quais são as condições para o desenvolvimento de instituições fortes e representativas e uma economia próspera?

Siisiäinen (2000) afirma que a reforma governamental de 1976-77 na Itália, responsável por estabelecer novos órgãos de governo local, oferece uma boa oportunidade de resposta a esta questão. O principal resultado do estudo de Putnam foi que a reforma governamental foi bem sucedida no norte da Itália porque era apoiada pelo florescimento de uma "comunidade cívica". Esta foi também a principal razão para a prosperidade econômica do Norte Itália, em comparação com a parte Sul do país.

Putnam (1993) complementa apontando que, em áreas que possuem um bom funcionamento do governo local e uma economia próspera, a atividade pública de cidadãos cria um ambiente de cooperação mútua, vital nas redes sociais e na igualdade das relações políticas e participação cidadã. Por trás de todos esses fenômenos irradia o espírito de confiança mútua entre os cidadãos.

Siisiäinen (2000) demonstra que, no estudo de Putnam, as atividades de votos diretos para governantes, leitura periódica de jornais, participação em clubes e entidades ou associações culturais melhoram o desenvolvimento econômico e a eficácia governamental. O estudo mostrou que no Norte da Itália, questões sociais, políticas, religiosas e até mesmo alianças cruciais foram tratadas de forma horizontal, enquanto as do Sul eram verticais. Por isso, Putnam (1993) diz que estas diferenças entre os padrões horizontais e verticais de organização e de alianças sociais geraram consequências fatais para o desenvolvimento de atores políticos. "No Norte as pessoas eram cidadãs, no Sul foram sujeitos".

Como conclusão a este trabalho na Itália, Putnam (1993) apresenta que as formas de capital social são em geral recursos morais da comunidade, e podem ser divididos em três principais componentes: a confiança, em primeiro lugar, em segundo lugar, as normas e obrigações sociais, e terceiro, redes sociais de atividade dos cidadãos, especialmente associações voluntárias. Logo, estes itens estão diretamente ligados a características públicas. "Uma característica específica do capital social – confiança, normas e cadeias de relações sociais – é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado" (Putnam, 1993). Esta constatação foi confirmada por Coleman, "por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam" (Coleman, 1998).

Franco (2001) traz a afirmação de que a confiança é um componente básico desse conceito de Capital Social de Putnam. Mas a confiança necessária para estimular a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente. "Você não confia em que uma pessoa (ou uma entidade)

fará alguma coisa simplesmente porque ela disse que irá fazer. Você só confia porque, conhecendo a disposição dela, as alternativas de que dispõe e suas consequências, a capacidade dela e tudo o mais, você espera que ela preferirá agir assim” (Putnam, 1993). Em comunidades pequenas e coesas, tal previsão pode basear-se no convívio íntimo entre as pessoas. Em contextos mais amplos e complexos, porém, é preciso haver uma forma de confiança mais impessoal ou indireta.

Putnam (1993) afirma que em contextos modernos e complexos, a confiança social pode ser originada de duas fontes conexas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. As regras sociais transferem do ator para outrem o direito de controlar uma ação, normalmente porque tal ação tem “externalidades”, isto é, consequências (positivas ou negativas) para outrem. As regras são inculcadas e sustentadas tanto por meio de condicionamento e socialização quanto por meio de sanções.

Franco (2001) diz que as regras sociais geralmente são normas sem força legal, mas as pessoas costumam acatar as regras para serem aceitas nos coletivos que as estabeleceram. Essas regras, “que fortalecem a confiança social, vingam porque reduzem os custos de transação e facilitam a cooperação. A mais importante dessas regras é a da reciprocidade [generalizada]... que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro” (Putnam, 1993).

“A regra da reciprocidade generalizada é um componente altamente produtivo do capital social. As comunidades em que essa regra é obedecida têm melhores condições de coibir o oportunismo e solucionar os problemas da ação coletiva... A regra da reciprocidade generalizada serve para conciliar interesse próprio com solidariedade” (Putnam, 1993).

Complementar as afirmações de Franco (2001), Albagli e Maciel (2002) resumem a visão de Putnam para capital social como traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns. Essa tríade vem dominando toda a discussão atual sobre o conceito de capital social.

Quadro 1 - Indicadores de Putnam.

Indicador	Valor
Definição	Refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.
Variáveis	“Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.”
Ênfase	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica.
Benefícios	Individuais e coletivos.

Fonte: O autor. Ada-ptado de Silva (2010).

3. PIERRE BOURDIEU

Albagli e Maciel (2002) apresentam que a origem do interesse no conceito de capital social pode ser em parte traçada no trabalho teórico de Pierre Bourdieu. No final dos anos 1960 e início dos 1970, Bourdieu produziu diversos estudos apresentando a cultura como um fenômeno dinâmico, criativo e estruturado. Para ele o capital econômico está “na raiz de todos os outros tipos de capital...” e constitui “a casa para a qual toda acumulação eventualmente retorna”. Mas apesar da primazia pelo capital econômico, Bourdieu estende-se fortemente em seu trabalho empírico

e teórico sobre o capital “simbólico”. O conceito mais desenvolvido pelo autor é o de capital cultural, utilizado para explicar de que maneira o “juízo” cultural do grupo dominante é apresentado como universal, permitindo legitimar seu domínio.

Enquanto Putnam trata da questão do capital social como sendo um recurso coletivo baseado nas normas e redes de intercâmbio entre os indivíduos, Marteletoe Silva (2004) dizem que Pierre Bourdieu trata o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais. Os recursos são utilizados pelas pessoas a partir de uma estratégia de crescimento dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura. Cada campo social se caracteriza como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que significa dizer que os campos sociais se estruturam a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que cada agente específico ocupa em seu interior. Bourdieu denomina esse quantum de “capital social”.

Marteletoe Silva (2004) afirmam que a estrutura do campo é composta, desse modo, por dois polos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro polo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social, enquanto os que se situam no polo dominado definem-se pela ausência ou pela escassez do capital valorizado no espaço específico do seu campo de pertencimento e, por sua vez, na sociedade como um todo.

Albagli e Maciel (2002) afirmam que Bourdieu usou o termo capital social pela primeira vez, no início da década de 1980, para referir-se às vantagens e oportunidades de se pertencer a certas comunidades. Capital social foi definido pelo autor como “o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento... que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva”.

Bourdieu (1986) afirma que para a formação de capital social a existência de uma rede de relações mesmo em diferentes níveis não é condição natural ou social constituída em determinado momento paratodos e para sempre, mas o produto do trabalho de instauração e demanutenção, necessário para produzir e reproduzir relações duradouras eúteis, próprias para buscar benefícios duradouros. Esse pensamento afirma a condição de que relacionamentos em rede podem ou não obter sucesso em seus objetivos. De certo modo, pode-se dizer que o sucesso destas relações está diretamente ligado ao “produto” constituído pela “ação” gerada por estas mesmas relações e o grau de “sustentabilidade” entre elas.

Siisiäinen(2000) mostra que o uso do termo “capital” por Bourdieu varia entre o realista e o metafórico, apontando sua intenção de tratar de recursos diferenciais de poder, e de vincular uma análise sobre o cultural com uma outra sobre o econômico. No centro de sua análise está o suposto de que a estrutura social é constituída de campos de luta pelo poder. Logo, para Bourdieu, o conflito é inerente ao conceito de capital social, que, como todas as demais formas de capital, é distribuído de forma desigual. O capital social se torna um recurso nas lutas sociais que são realizadas em diferentes campos.

Quadro 2 - Indicadores de Bourdieu

Indicador	Valor
Definição	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.
Variáveis	A durabilidade e o tamanho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar.
Ênfase	“Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem.”
Benefícios	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.

Fonte: O autor. Adaptado de Silva (2010).

4. JAMES COLEMAN

Segundo Albagli e Maciel (2002), o trabalho de James Coleman sobre capital social foi particularmente influente nos países de língua inglesa e derivou de seu interesse em associar as abordagens da sociologia e da economia. Considera-se que sua principal contribuição para o debate sobre o tema repousa no tratamento direto e abrangente do conceito, atraindo a atenção de pesquisadores para a questão.

Coleman (1998) enfatiza no plano individual a capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada em expectativas de reciprocidade e comportamentos confiáveis que conjuntamente melhoram a eficiência individual. Segundo o mesmo autor, no contexto coletivo, o capital social ajuda a manter a coesão social em função da obediência às normas e leis, e de comportamentos como negociação em situação de conflito, prevalecendo a cooperação sobre a competição, o que é um fator de extrema importância numa sociedade ou numa comunidade.

Albagli e Maciel (2002) comentam que, entre 1980 e 1982, Coleman concentrou seus estudos empíricos em comparar desempenhos e resultados de escolas públicas e escolas católicas de uma determinada região dos Estados Unidos, analisando o capital social primeiramente como um modo de melhor compreender a relação entre alcance educacional e desigualdade social e identificar certos aspectos da estrutura social por suas funções e demandas para a educação.

Silva (2010) comenta que a partir destes estudos Coleman definiu capital social, no contexto educacional, como o conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização social comunitária e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou de um jovem.

Porém, Silva (2010) também comenta que para Coleman, o tema capital social fundamentalmente reflete: lealdade, fidelidade, reciprocidade, compromisso, e outros elementos decorrentes das relações entre as pessoas de um grupo. Coleman (1988) afirma em seu discurso que lamenta o desaparecimento gradual das estruturas familiares e comunitárias na América como produtoras de capital social, porém, considera que instituições formais assumem esse papel. Ressalta que compreender esse processo consiste em identificar uma engenharia social.

Albagli e Maciel (2002) comentam que o trabalho de Coleman foi além dos estudos apresentados. Coleman também buscou refinar o conceito e inseri-lo no contexto de uma estrutura teórica mais ampla, estabelecendo um vínculo causal claro entre capital social e acesso a recursos. Como outras formas de capital, assinala Coleman, o capital social é produtivo, possibilitando o alcance de certos fins que não seriam possíveis na sua ausência.

“Capital social é definido por sua função. (...) Não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: são todos consistentes com alguns aspectos das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou empresas – no âmbito da estrutura” (Coleman, 1988).

Albagli e Maciel (2002) classificam três formas de capital social na visão de Coleman. A primeira lida com o nível de confiança e a extensão das obrigações existentes em um ambiente social. A segunda forma diz respeito a canais de trocas de informações e ideias. Na terceira forma, normas e sanções constituem capital social onde elas encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, abandonando interesses próprios imediatos.

Quadro 3 - Indicadores de Coleman

Indicador	Valor
Definição	O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade, mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.
Variáveis	Sistemas de apoio familiar. Sistemas escolares (católicos) na constituição do capital social nos EUA. Organizações horizontais e verticais.
Ênfase	“Adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (<i>social exchanges</i>) sociais seriam o somatório de interações individuais.”
Benefícios	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação à outra pessoa ou grupo social.

Fonte: O autor. Adaptado de Silva (2010).

5. CONCLUSÃO

Este trabalho partiu de um conjunto de pontos de vista sobre o real significado de capital social, suas relações com o desenvolvimento econômico e local, bem como suas interfaces com os processos de geração e difusão de conhecimento. Verificou-se a existência de diferentes percepções dentre os três autores apresentados, sobre como melhor definir o conceito de capital social, e ainda sobre seus desdobramentos concretos e implicações sociais.

James Coleman, que aplicou o conceito na área da educação e analisou o seu papel no crescimento do capital humano, com uma abordagem baseada na escolha racional, entende que o capital social é um recurso para o indivíduo que pertence a uma determinada estrutura. Robert Putnam, que aplicou o conceito na compreensão da participação e engajamento da sociedade e os seus efeitos nas instituições democráticas e na qualidade do governo em algumas regiões da Itália, assim como James Coleman, tratou o capital social como um recurso coletivo baseado nas normas e regras de intercâmbio entre os indivíduos.

Já Pierre Bourdieu tratou o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo aprofundada em campos sociais. Os recursos são empregados pelas pessoas a partir de um planejamento de progresso dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura.

Porém, em todas as abordagens existe uma visão comum. A emergência de se considerar a estrutura e as relações sociais como fundamentais para se compreender e intervir sobre a dinâmica econômica. Também foi apontado, indiretamente, que não pode haver nenhuma espécie de desenvolvimento sem desenvolvimento social. E que desenvolvimento social corresponde sempre à geração, ampliação ou reprodução, alteração da composição, em termos de qualidade e/ou de quantidade, daquilo que se chama capital social.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria L. **Capital Social e Empreendedorismo Local**. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Set 2002. Disponível em <www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 18 mai. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **The forms of capital**. In J. Richardson (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York, Greenwood. 1986.

COLEMAN, James S. **Social capital in the creation of human capital**. Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure. The American Journal of Sociology. The University of Chicago Press. Chicago. 1998. Disponível em <http://onemvweb.com/sources/sources/social_capital.pdf>. Acesso em 10 abr. 2011.

DILLY, Eliete K. **Capital social em redes de cooperação: um estudo de caso da AutoRede**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, abr, 2009. Disponível em <<http://www.ucs.br/ucs/posgraduacao/strictosensu/administracao/dissertacoes/apresentacao>>. Acesso em 02 mai. 2011.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Instituto de Política. Editora: Millennium. Curitiba, 2001.

FUKUYAMA, Francis. **A Grande Ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Rio de Janeiro. Rocco, 2000. 244 p.

JACOBS, Jane (1961). **Morte e vida de grandes cidades**, Martins Fontes, São Paulo, 2000.

MARTELETO, Regina M; SILVA, Antonio B. de O. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em 12 de mai. 2011.

PUTNAM, Robert D. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton University Press. Princeton, 1993.

SIISIÄINEN, Martti. **Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam**. International Society for Third-Sector Research (ISTR). Dublin, Irlanda, Julho, 2000. Disponível em <<http://www.istr.org/conferences/dublin/workingpapers/siisiainen.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

SILVA, Deborah B. L. da. **A Formação do Capital Social Baseada em Organizações Intensivas em Conhecimento como Fator de Desenvolvimento Local: Estudo de Caso de Uma Associação de Empresas de Tecnologia**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Fev, 2010. Disponível em <<http://btd.egc.ufsc.br>>. Acesso em 18 mai. 2011.